



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 32 DE 28 DE JANEIRO DE 2013

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2012, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ELIANA CALMON

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	R\$ mil		
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	696.345	11.911	708.256
Pessoal Ativo	476.871	6.988	483.859
Pessoal Inativo e Pensionistas	219.474	4.923	224.397
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	179.167	8.507	187.674
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	370	0	370
Despesas de Exercícios Anteriores	4.261	8.507	12.768
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	174.536	0	174.536
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	517.178	3.404	520.582
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100	0,083830%	0,000552%	0,084382%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,224226%		1.383.325
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,213015%		1.324.159

FONTE: SIAFI

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Conforme recomendação constante do Acórdão nº 894/2012 - TCU, de 12/04/2012 e orientação do Ofício-Circular Conjunto nº 15/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 02/07/2012, não foram computados os benefícios não previdenciários de auxílio-natalidade e auxílio-funeral.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ mil		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
<Identificação do Recurso Vinculado>			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	132.775	37.344	95.431
0127000000 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	10.700	408	10.292
0150000000 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	149	-	149
0175111010 - STJ-RESSARC. DESP. PORTE REMESSA/RETORNO DOS AUTOS	11.466	-	11.466
0190000000 - RECURSOS DIVERSOS*	3	3	-
0350000000 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	201	-	201
BANCOS - CEF	69	69	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	155.363	37.824	117.539
TOTAL (III) = (I+II)	155.363	37.824	117.539
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-

FONTE: SIAFI

NOTA: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Observações: a) No SIAFI não existe conta específica para controle dos valores utilizados como recursos vinculados, conforme conceito apresentado no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2012. Por esta razão o STJ considerou os seus recursos como não vinculados.

b) O montante de R\$ 11.289, relativo à inscrição de Empenhos de Precatórios e de Sentenças de Pequeno Valor em Restos a Pagar Não Processados Do Exercício, está incluso na coluna Obrigações Financeiras, conforme dispõe o Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para 2012.

c) *Recursos em trânsito.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012
 RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
<Identificação do Recurso Vinculado>						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.346	11.353	9.645	36.393	95.431	
0127000000 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	-	5	403	3.790	10.292	
0150000000 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	-	-	-	-	149	
0175111010 - STJ - RESSARC. DESP. PORTE REMESSA/RETORNO DOS AUTOS	-	-	-	1.232	11.466	
0350000000 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	-	-	-	-	201	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	16.346	11.358	10.048	41.415	117.539	-
TOTAL (III) = (I+II)	16.346	11.358	10.048	41.415	117.539	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI

NOTA: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Observação: a) No SIAFI não existe conta específica para controle dos valores utilizados como recursos vinculados, conforme conceito apresentado no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2012. Por esta razão o STJ considerou os seus recursos como não vinculados.

b) O montante de R\$ 11.289, relativo à inscrição de Empenhos de Precatórios e de Sentenças de Pequeno Valor em Restos a Pagar Não Processados do Exercício, está incluso na coluna referente a Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício, conforme orientação contida no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para 2012.

c) Pelo mesmo motivo, o montante de R\$ 16.336, relativo à Reinscrição de Restos a Pagar Não Processados De Exercícios Anteriores, referentes a Empenhos de Precatórios e de Sentenças de Pequeno Valor, está incluso na coluna referente a Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores.

d) Foi excluído dos Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 56 (fonte 0100: R\$ 41, fonte 127: R\$ 15), referente a Restos a Pagar Não Processados Bloqueados.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRf. art. 48 - Anexo VII	R\$ mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - IDP	520.582	0,084382%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.383.325	0,224226%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.314.159	0,213015%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	41.415	117.539

FONTE: SIAFI

MAURICIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO
 Diretor-Geral

ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Finanças

CLÁUDIA MARIA LOPES DANTAS
 Secretária de Controle Interno
 Substituta